



Boa Vista Quinta-feira, 19 de julho de 2012

Buscar Notícias...



Ano XXXIV

Edição 5572

Um Jornal Necessário

Página Inicial

EDITORIAS

Cidades

Especiais

Esportes

Opinião

Polícia

Política

Variedades

COLUNAS

Avivamento

Em Pauta

Jessé Souza

Minha Rua Fala

Ok!

Parabólica

PodCast

Shirley Rodrigues


 Comentar


 Imprimir


 Enviar por E-mail

Opinião

Raízes da greve nas instituições federais de ensino superior

Data: 19/07/2012

Fonte: a A A A



Elói Martins Senhoras *

O contexto de formação da presente greve que mobiliza mais de 95% das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) de todo o país reside na longa duração da perda salarial da categoria ao longo dos últimos 20 anos e na curta duração ao acordo firmado entre o governo federal e o Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes-SN) que previa a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para discutir a carreira, salários e gratificações, mas que foi encerrado em março de 2012 sem atendimento de nenhum dos pontos.

Na longa duração, as assimetrias salariais entre os servidores públicos federais e os efeitos da ausência de uma política estratégica para a educação e para o ensino superior acabaram por criar uma condição de desvalorização da categoria docente federal e de queda real dos salários, quando descontada a inflação, frente aos reajustes e planos de carreira de outras categorias valorizadas, tanto, no poder Executivo, com média salarial de R\$ 5.906,00, quanto nos poderes Legislativo e Judiciário, respectivamente, com médias de R\$ 15.055,00 e R\$ 10.385,00.

Conforme se pode analisar pelos gráficos, na presente greve, o que se coloca em pauta é que existe um descaso com os salários e com a própria carreira de docente federal, com reajustes abaixo da tendência de outras categorias, bem como abaixo da evolução da inflação e de crescimento do PIB, o que impactou em uma queda do salário real ao longo do tempo, a despeito do crescente aumento de produtividade e das exigências de trabalho trazidas por agências de fomento ou por programas do MEC como o REUNI.

Observa-se que um professor com doutorado, que desenvolve atividades em ensino, pesquisa, extensão, administração e internacionalização universitária ganha um salário muito abaixo das carreiras de pesquisador (com titulação de graduação e em início de carreira), embora a sua estrutura de carreira tenha um número muito superior de níveis e com um salário máximo para um professor titular, que não atinge nem mesmo o patamar do salário inicial de um pesquisador do IPEA.

Na curta duração, a despeito da posição do governo federal se propor a negociar, tomando como base o plano de carreira dos pesquisadores do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), bem como prevendo a incorporação de gratificações ao salário-base e um reajuste de 4% até março de 2012, unilateralmente, por parte dos Ministérios de Planejamento (MPOG) e Educação (MEC) houve o encerramento do GT e não cumprimento da negociação previamente acordada.

De um lado, o surgimento de várias rodadas de assembléias nas IFES e a conseqüente deflagração de greve em nível nacional a partir de 17 de março enquadraram-se dentro de um processo natural de mobilização que tem como objetivo pressionar o governo para reabrir as renegociações salarial e de carreira com o governo federal, além de publicizar a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) que visa alocar 10% do PIB para o ensino, o qual ainda depende de sanção, ou eventual, veto presidencial, diante a falta de estrutura e o sucateamento das universidades e institutos federais.

De outro lado, no mês de Junho, com o início da greve dos docentes e a difusão de paralisações em mais de 30 outras carreiras do poder Executivo, o governo federal editou a Medida Provisória 568/2012, com a tentativa do governo de abafar o movimento grevista com um discurso no qual haveria reajustes mínimos no salário e a inclusão de determinadas gratificações para algumas categorias. Sem sucesso, no mês de julho, o governo passou a mudar a estratégia, advertindo possível corte de ponto aos servidores, bem como introduzindo uma proposta, muito questionada, de reestruturação dos planos de carreira para os docentes federais.

Conclui-se que a carreira de docente, que sempre fora uma balizadora para a construção de pautas de outras categorias, passou por um franco processo de deterioração profissional pelo governo federal desde a década de 1990, o que repercutiu na atual greve para buscar negociar avanços em uma carreira que trabalha, mesmo sem a devida valorização, em condições muito específicas e que vão além de outras carreiras, já que existe uma dedicação, preferencialmente, exclusiva, alta qualificação, com mestres e doutores, e múltiplas funções profissionais.

*** Economista e cientista político, professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR) - eloisenhoras@gmail.com - Outros artigos o autor disponíveis em: <http://works.bepress.com/eloi>**

[Principal](#)[Assinatura](#)[Expediente](#)[Denúncias](#)[Classificados](#)[Fale Conosco](#)

Copyright © 2012 - Folha de Boa Vista - Todos os Direitos Reservados